



30^o CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO



25 a 29 de novembro 2024

Bibliotecas Fortes:
Sociedade Democrática Recife, PE

Eixo 1 - Não deixar ninguém para trás

Modalidade: Trabalho completo

Do letramento informacional para o letramento racial: a presença da pluridiversidade no acervo

From information literacy to racial literacy: the presence of pluridiversity in the collection

Tatiane Helena Borges de Salles – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

Luciana de Souza Gracioso – Universidade Federal de São Carlos (UFScar)

Resumo: O letramento informacional torna-se fundamental para construção de um pensamento crítico dos indivíduos que estende a compreensão da diversidade étnica existente na sociedade brasileira. Os acervos bibliográficos das bibliotecas colaboram para a formação do leitor quando oferece material que preza pela pluriversidade. Nesse sentido, foi realizado um levantamento das obras presentes no acervo da Biblioteca do Instituto Federal de São Paulo, Campus Campinas, que colaboram para o letramento racial dos seus usuários. Com isso, foi possível evidenciar a importância dessas obras na construção identitária positiva dos indivíduos, principalmente, para os estudante negros.

Palavras-chave: Desenvolvimento de coleções. Letramento informacional. Letramento racial. Afrocentricidade. Negros-Brasil.

Abstract: Information literacy becomes vital for developing critical thinking in individuals, which extends understanding of the ethnic diversity in Brazilian society. The libraries' bibliographic collections contribute to educating readers when they offer material that values pluriversity. In this regard, a survey of the works in the Federal Institute of São Paulo's library collection was carried out at the Campinas campus, covering the works that contribute to the racial literacy of its users. Therefore, it made it possible to highlight the importance of these works in the positive identity development of individuals, especially black students.

Keywords: Collections development. Information literacy. Racial literacy. Afrocentricity. Black-Brazil.



1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas são equipamentos constituídos para emancipar e empoderar indivíduos, a partir do desenvolvimento de coleções que concernem às representações sociais presentes na população brasileira. Observando o contexto histórico brasileiro, nota-se que esses espaços foram construídos para elite e por elite baseados no eurocentrismo, que se mostra presente nos currículos dos cursos de biblioteconomia e até a imagem estereotipada do profissional permeia o imaginário até os dias atuais.

Diante disso, as bibliotecas não são tidas como ambiente seguro para grupos marginalizados pela sociedade porque o desenvolvimento de coleções não foi pautado considerando a pluriversidade dos indivíduos presentes na sociedade brasileira, os quais carregam nos seus corpos marcas da resistência, da luta e da resiliência (Brook; Ellenwood; Lazarro, 2015). Com isso, é primordial que os acervos dialoguem com as realidades desses indivíduos, sendo representativos e, ao mesmo tempo, considerados como produtores de conhecimento.

Entretanto, a formação da população brasileira se deu por um processo extremamente violento que promoveu o genocídio dos povos originários e a escravidão das pessoas negras sequestradas do continente africano, os quais tiveram seus saberes silenciados, afastados, apropriados e ignorados, não sendo considerados pela classe dominante como um conhecimento para ser compartilhado com o mundo, principalmente aquelas epistemologias do Sul (Grosfuguel, 2016). Por isso, Adichie (2019) nos alerta sobre o “perigo da história única”, aquela contada sob uma única perspectiva.

Contudo, Santos (2021) ressalta que, enquanto a branquitude manter os privilégios inviabilizando tudo que não é branco, perde a oportunidade alargar os seus horizontes, e por consequência do paradigma epistemológico europeu promove conscientemente o epistemicídio e morte de saberes dos grupos colonizados. Isto se estende na academia, podendo ser observada nos autores considerados cânones nas áreas de conhecimento e nas bibliografias dos cursos e, por conseguinte, na biblioteca como nos recorda (Silva et al, 2021) que este espaço foi criado para e por elite e vem conscientemente representando esses grupos. Conforme nos aponta Bento (2020, p. 91), “Os brancos se consideram como um ser universal, enquanto o negro relata apenas



as dificuldades”, mas são dificuldades que atravessam as pessoas diferentes do ser universal.

Isso mudou com a criação das leis 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e 11.645/2008 (BRASIL, 2008) que regem sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica, estendendo-se também ao ensino superior, e também com a lei 12.711/2012 (BRASIL, 2012) alterada pela 14.723/2023 (BRASIL, 2023) que reserva vagas aos estudantes indígenas, negros e quilombolas (incluído pela alteração em 2023) no ensino superior e técnico. Tanto que, o Senador Paulo Paim assevera que “A Universidade não podia continuar sendo quase um *apartheid*: negro, indígena e quilombola não entrava” (Agência Senado, 2023).

Tal fato tornou o ambiente universitário mais homogêneo levando à pluridiversidade dos estudantes oriundos de classes sociais distintas, construindo uma cosmopercepção dos conhecimentos trazidos por estes indivíduos, a partir de suas vivências e experiências para a academia, tornando-os produtores de trabalhos relacionados à cultura afro-brasileira e indígena nas diversas áreas do conhecimento.

[...] a presença de **corpos negros** em lugares de conhecimento **muda radicalmente o ambiente escolar e o universitário**, não apenas por causa da participação quantitativa, da corporeidade e dos diferentes níveis econômicos, mas também, principalmente, dos valores, **das cosmovisões e das representações que passam a fazer parte do campo do conhecimento**. (Alves; Côrtes, 2023, p.21, grifo nosso).

Com isso, estes passaram a não ser objetos de estudos apenas, mas os sujeitos autores da pesquisa (Ribeiro, 2020). Vale ressaltar que esses avanços nas políticas públicas são frutos das reivindicações do Movimento Negro, que teve o conhecimento construído a partir das vivências das pessoas negras que acessaram os espaços da academia e tencionaram mudanças significativas para o grupo, sendo estendidas para outros grupos menos privilegiados da sociedade. Por isso, o movimento negro não apenas reivindica, mas educa para uma educação antirracista que busca equidade, igualdade e paridade com os demais grupos (Gomes, 2017).

Partindo deste pressuposto, o movimento Negro compreende que é apenas pela educação que haverá mudanças e erradicação do racismo, e que as pessoas negras, indígenas e quilombolas poderão gozar das mesmas oportunidades de pessoas brancas na sociedade, assim promovendo a justiça social e racial.



Nesse contexto, o ambiente de análise para o desenvolvimento desta pesquisa é à biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), da cidade de Campinas. Em relação aos estudantes do IFSP do ensino médio e superior, observamos que 35%¹ são negros, mas os últimos dados do IBGE (2022) mostram que 49%² da população se autodeclara como pessoas negras. Isso nos mostra que as políticas de ações afirmativas não têm chegado ainda, em sua completude, aos sujeitos de direitos dessas políticas de fato. Embora os números tragam um quantitativo pouco significativo de pessoas negras no espaço, ainda assim torna-se necessária a discussão étnico-racial que preze pela pluridiversidade, buscando a identidade para além do sujeito constituído pela modernidade. Assim, frente ao cenário e contexto brevemente apresentado, o objetivo deste trabalho é avaliar como os acervos bibliográficos disponibilizadas em Bibliotecas, promovem o letramento racial, e ao mesmo tempo, ressignificam o papel do negro como sujeito na produção de conhecimento, principalmente, quando a população negra adentra nesse espaço e traz consigo as experiências, vivências e reflexões, a partir dos seus territórios que dialogam com os materiais disponíveis na biblioteca do IFSP, do Campus Campinas.

1.1 Do letramento informacional ao letramento racial

Embora nos últimos anos tenhamos tido avanços significativos quanto ao ensino da cultura afro-brasileira e indígena na educação, observam-se poucos avanços na formação de professores na percepção da lei, o que culmina na abordagem de forma superficial na educação, perpetuando o racismo no ambiente escolar (AMBIENTE..., 2023).

Posto isso, torna-se necessário que o letramento informacional seja utilizado como ferramenta balizadora para a construção de uma identidade positiva do povo negro e no combate ao racismo no ambiente escolar, visto que isto colabora para o fortalecimento da autoestima dos estudantes negros e inibe situações racistas disfarçadas de “brincadeiras” entre os discentes.

¹ Dados informados pela Coordenadoria de Registros Acadêmicos do Campus.

² IBGE, Censo 2022, Campinas. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campinas/pesquisa/10102/122229>. Acesso em: 22 jun.2024.



Para colaborar para a formação de uma instituição antirracista, torna-se importante que os estudantes saibam selecionar as fontes de pesquisa que possibilitem a construção de um pensamento refletivo sobre a sociedade. Tanto que Gasque (2010, p. 19) avalia que “se os aprendizes forem formados para atuar como pesquisadores letrados informacionalmente, terão condições de buscar, avaliar, organizar e usar as informações relevantes, transformando-as em conhecimento”.

Neste contexto, Gomes (2016) avalia o papel da afrocentricidade para a construção deste conhecimento no âmbito da biblioteca e do bibliotecário, que são responsáveis em colaborar para a construção de uma organização contra-hegemônica a partir dos materiais disponíveis no acervo, nos serviços oferecidos e ações realizadas com foco na temática étnico-racial que legitima a resistência negra, os quilombos, e o movimento negro, os quais referenciam a diáspora africana e a construção identitária dos afrodescendentes.

Além disso, Souza e Paim (2017) destacam que nem os livros didáticos colaboram no cumprimento da lei, pois estes dedicam poucas páginas e/ou capítulos às culturas africanas e afro-brasileiras. Os autores provocam os professores a transgredir a prática docente e o conhecimento prévio na adoção de materiais que desmistificam o papel da população negra na construção do Brasil, de modo que permita ao estudante construir um pensamento reflexivo e crítico sobre as desigualdades raciais e sociais existentes no país.

Nesse sentido, Araújo e Cavalcante (2016, p. 4) enfatizam que o papel do professor “[...] deve ser formador de opinião e não “mais um” que colabore e ajude a arraigar, em seus alunos, um pensamento preconceituoso e discriminador”. Gasque (2015) diz que é papel do professor ensinar o aluno a buscar, avaliar e utilizar as fontes de pesquisa disponíveis promovendo assim o letramento informacional. Mas se o docente desconhece fontes étnico-raciais, como letrar racialmente este estudante?

[...] letramento racial como modo de ensinar a reconhecer as vantagens e tensões raciais presentes na sociedade e ainda promover a capacitação das pessoas para que elas saibam responder a essas questões de modo a não fortalecer a discriminação e o preconceito. (Vieira; Santos, 2023, p.2)

Do mesmo modo, (Vieira; Santos, 2023) discorrem sobre o papel do bibliotecário de formar usuários letrados informacionalmente e, ao mesmo tempo, racialmente. Por isso, o letramento racial se faz importante para que o cidadão compreenda a sociedade



em que está inserido, de modo a não reproduzir ações e atos que visam diminuir pessoas de outros grupos étnicos pelas suas características fenotípicas.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade da biblioteca dispor de materiais de autores negros, para que esses estudantes sintam-se representados, pois essas pessoas falam deles e sobre eles em suas obras, conforme aponta (Mariosa; Reis, 2011) no que tange à falta de representatividade tanto nas obras quanto na presença de pessoas negras no corpo docente e nas atividades de destaque profissional. (Santos, 2017) evidencia isso no seu estudo ao abordar a vida e obra da escritora Carolina Maria de Jesus na prática didática, o que culminou no sentimento de pertencimento dos estudantes ali presentes. Portanto, a abordagem desta temática é emergencial para a formação deste cidadão, pois a construção de identidade está em constante movimento.

Corroborando com os autores acima, Gomes (2017) diz que conhecimento nascido na luta não avança de modo isolado, pois este conhecimento entra em diálogo com outros conhecimentos, em especial, na academia, espaço esse que visa construir novas configurações cognitivas e políticas. Krenak (2020) enfatiza dizendo que a ecologia dos saberes deve integrar nossa experiência cotidiana e escolher o lugar para viver na nossa comunidade.

2 METODOLOGIA

Este estudo refere-se à composição do acervo da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, em especial, do Campus Campinas. Avaliamos o incentivo ao letramento informacional e, por conseguinte, ao letramento racial da comunidade acadêmica nos materiais disponíveis neste acervo físico e na Biblioteca Virtual da Pearson assinada pela instituição.

Como procedimento metodológico, adotamos a pesquisa exploratória que proporciona, segundo Gil (2010), maior familiaridade com o problema, tendo como um dos seus instrumentos para coleta de dados o levantamento bibliográfico e a pesquisa bibliográfica com base nos materiais disponíveis na biblioteca, nos livros que discutem a temática étnico-racial. No caso dos estudos das relações étnico-raciais, como dito anteriormente, eles são oriundos de experiências de pessoas negras, portanto são



considerados fonte primária e secundária, segundo Andrade (2010), das vozes de intelectuais negros que vieram antes.

Além disso, o estudo trará dados quantitativos referentes à quantidade de livros na unidade, sendo estas informações extraídas do Sistema *Pergamum* adotado para o gerenciamento de biblioteca. No momento da catalogação dos materiais, os bibliotecários foram instruídos a inserir a sigla NEABI no campo 650 que refere-se ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, por meio desta sigla os usuários conseguem recuperar os títulos disponíveis na versão OPAC. Os dados apresentados são referentes ao primeiro semestre de 2024.

Para a localização dos materiais, recorreremos ao levantamento bibliográfico dos livros disponíveis no acervo que abordam a temática étnico-racial e discorrem sobre a importância do letramento informacional nas bibliotecas para que seja possível o atendimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (FSP), Campus Campinas, está instalado desde 2013. Neste período, ocorreu mudança de bairro, visando o atendimento de outra região periférica desprovida de instituições públicas de ensino gratuito e de qualidade na localidade.

O acervo da biblioteca conta com 1.839 títulos e 4.678 exemplares, sendo que 117 abordam a questão étnico-racial e indígenas - temáticas norteadoras das discussões do núcleo -, o que representa 6,23% dos títulos disponíveis no acervo. Neste estudo, trazemos a importância de algumas autoras(os) negras(os) cânones na discussão étnico-racial.

O desenvolvimento de coleções relacionadas à temática no acervo se deu após intervenções do NEABI nas bibliotecas pela construção de um relatório³ que apontava a inexistência de materiais relacionados ao tema. Em 2020, o núcleo foi contemplado pelo projeto AFROIF pelo Centro de Estudos das relações de trabalho e Desigualdades

³ INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. **Relatório do acervo bibliográfico acerca da história e cultura afro-brasileira e indígena.** São Paulo: [s.l.], 2016. 18 p. Disponível em: <https://l1nq.com/fcKdV>. Acesso em: abr. 2023.



(CEERT) , que proveu a doação de nove títulos da “Coleção Feminismos Plurais” que, segundo Silva, Melo e Silva (2020), a coleção proporciona a construção de uma nova narrativa para além dos livros didáticos. Após essa intervenção dos acervo das bibliotecas constatou-se um crescimento de 75% dos materiais relacionados à temática racial, como podemos identificar no relatório acerca do crescimento do acervo⁴. Neste levantamento, foi identificado a ausência de livros relacionados à temática indígena. Para suprir essa demanda, foi elaborada uma lista com os títulos e solicitado para a Pró-Reitoria de Ensino (PRE) que comprou as obras recomendadas pelo núcleo.

Os títulos adquiridos pelo núcleo e pela instituição são obras de intelectuais negros que se forjaram nas lutas do movimento negro, conforme aponta (Gomes, 2017). São exemplos: Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia González, Cida Bento, autores brasileiros apontados nas *Diretrizes...*(2004) como pesquisadores, e que devem estar presente nas aulas e na composição dos acervos bibliográficos, assim como autores estrangeiros que são referenciais nas lutas raciais como Angela Davis, Franz Fanon, Patricia Collins. Para (Batista, 2010, p. 33), “O processo científico é produto da atividade humana do mundo ao seu redor e promove descobertas que possibilitam compreendê-lo cada vez mais e melhor”. Desta forma, justifica-se a necessidade de escrita desses intelectuais que promovem a mudança, sendo os sujeitos neste processo educativo do Movimento Negro.

Kilomba (2019) destaca ainda que escrever significa romper com a máscara do silenciamento e a marginalidade criada pelo racismo para manter essas pessoas nesses locais. Assim se criam novos papéis fora dessa ordem colonial que dita o que é conhecimento e o que não é, por isso os movimentos sociais de uma maneira geral ensinam a sociedade a lidar com os assuntos deixados às margens pelos indivíduos.

O letramento racial oferece, sob a ótica dos intelectuais negros descritos acima, uma ideia da construção do racismo no Brasil e das suas consequências para os povos que o vivenciam diariamente. (Vieira; Santos, 2024) observam como o letramento racial consiste em compreender a branquitude como um sujeito que se beneficia desse sistema de opressão direcionado para pessoas negras. O letramento informacional

⁴ INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO. Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas. **Relatório do acervo bibliográfico acerca da história e cultura afro-brasileira e indígena.** São Paulo: [s.l.], 2022. 112 p. <https://bit.ly/3XwLyUj>. Disponível em:. Acesso em: abr. 2023.



direcionado para a compreensão no reconhecimento e no estudo sobre a história e a cultura deste povo é uma forma de combater o racismo. Por isso, (Berth, 2020) diz que empoderamento é conscientizar, instrumentalizar e dar poder aos grupos oprimidos para que estes tenham autonomia de emancipação política e social para o enfrentamento da opressão e para a eliminação da situação injusta.

Outro ponto é o endosso de obras literárias de escritores negros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem enviado materiais relacionados à temática. Com isso, o acervo conta com obras de autores de renome como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Machado de Assis e Itamar Vieira Júnior e outros títulos de literatura africana como a moçambicana Paulina Chiziane. Conforme (Santos, 2017) aponta, são obras que retratam a realidade vivenciada por muitos estudantes que geram empatia, e estes se entendem enquanto produtores de conhecimento, assim como os autores de acordo com a sua vivência.

Com isso, percebe-se a preocupação da instituição em promover uma educação antirracista a partir do acervo bibliográfico. Contudo, (Gasque; Fialho, 2017, p. 72) ressaltam que “O desenvolvimento do letramento informacional está intimamente vinculado ao desenrolar da sociedade pós-guerra e aos desdobramentos científicos, políticos e econômicos”, dando a entender que as pessoas mudam e a sociedade muda com ela, principalmente, a perspectiva da decolonialidade que busca somar esforços para a formação de uma ciência justa e que considere outros saberes.

A epistemologia está ligada às instituições culturais, sociais e políticas de um povo, a qual pode ser constituída pela oralidade, pela prática e pela memória que podem ser registradas ou não, se tornando uma marca da violência do colonialismo que aniquila esses saberes com a falsa ideia do universalismo e reproduzem formas de opressão herdadas do período colonial.

Diante do exposto, os trabalhos desenvolvidos acerca do letramento informacional ao letramento racial abrem caminhos para se pensar uma educação antirracista no âmbito da educação, e as bibliotecas podem colaborar efetivamente para o cumprimento das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e, ao mesmo tempo, combater o racismo que ataca a subjetividade de pessoas negras em diáspora africana e convivem com as violências frutos deste período escravocrata que desumanizou esses corpos por séculos.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O letramento informacional tem um papel crucial para combater as injustiças racial e sociais sofridas pelos povos invisibilizados e que sofrem com o apagamento da sua história nos livros didáticos, mas o uso de outras fontes pode mudar essa realidade, principalmente, aquelas produzidas pelos intelectuais negros que vivenciam as adversidades que esses corpos sofrem cotidianamente na sociedade pela opressão do grupo dominante.

Nesse sentido, as bibliotecas precisam prezar pela construção de coleções subversivas e de uma agenda cultural que promova um impacto profundo sobre quem está representado na composição dos acervos. A justiça social dos grupos marginalizados se faz emergente sob a perspectiva de reparar os danos ocasionados direcionados a esses grupos que, para além da necropolítica, são vítimas da vulnerabilidade informacional, pois a sua história não foi contada de forma fidedigna aos acontecimentos históricos, em especial, a respeito da luta das pessoas escravizadas pela liberdade através das revoltas da situação que essas foram expostas por séculos.

Ter conhecimento é ter o poder de revolucionar o mundo e trazer luz para as situações injustas, as quais podem ser modificadas pelo poder da informação, porque pessoas empoderadas informacionalmente serão capazes de conhecer profundamente a sua história, principalmente, pessoas negras que possuem a sua fragmentada, a qual é contada pela oralidade passada de geração em geração, que lutam exaustivamente para manter as suas referências vivas, mesmo que muitas vezes a academia não reconheça, mas há resistência em se manter por meio dos mais novos, os quais tem adentrado as universidades e trazido esse tema.

Embora haja, poucos estudantes negros no Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (FSP), Campus Campinas, percebe-se o interesse desses e de não-negros, por acervos anti-racistas. Por isso é válido compreender como a pauta das desigualdades raciais atravessam a composição dos acervo em bibliotecas de instituições de ensino, em qualquer nível, mesmo que a quantidade de estudantes e servidores negros que circulam nesses espaços, que ainda são considerados elitizados pelos grupos étnicos, não seja equitativo.



Entretanto, pelas políticas de ações afirmativas essa configuração tem se modificado gradativamente, os estudantes têm adentrado esses espaços trazendo as suas demandas para estudos na academia. Sendo assim, as bibliotecas precisam oferecer subsídios para que novos projetos sejam desenvolvidos, a partir da literatura disponível no acervo bibliográfico. Afinal, as 5 leis de Ranganathan fazem referência ao papel social dessas unidades ao nos lembrar que “Os livros são para serem usados”; “A cada leitor o seu livro”; “A cada livro o seu leitor”; “Poupe o tempo do leitor”; “A Biblioteca é um organismo em crescimento”. Posto isso, a pluridiversidade necessita estar na composição do acervo, que precisa ser representativo à sua comunidade leitora, a fim de atender os anseios de estudos e na promoção do empoderamento emancipatório dos estudantes inseridos neste ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

AGÊNCIA SENADO. Sancionada a ampliação das leis das cotas. **Agência Senado**, 14. nov.2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/14/sancionada-ampliacao-da-lei-de-cotas>. Acesso em: 23 jan.2024.

ALVES, Felipe Arthur Cordeiro; CÔRTEZ, Gisele Rocha. Raízes do epistemicídio negro: análise da produção científica do ENANCIB (1994-2019). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 29, e-124693, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.29.124693>

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

AMBIENTE escolar é o mais citado por brasileiros entre os locais onde já sofreram racismo, diz pesquisa. **G1**, 15 ago.2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/15/ambiente-escolar-e-o-mais-citado-por-brasileiros-entre-os-locais-onde-ja-sofreram-o-racismo-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 18 jul.2024.

ARAÚJO, E. C. S.; CAVALCANTE, A. P. S. Abordagem literária infantil afro-brasileira enfocando a figura feminina a partir da obra “Menina Bonita do Laço de Fita”. In: COLÓQUIO BRASILEIRO EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, 5., 2016, Campina Grande. **Anais...**Campina Grande: UFCG, 2016. p. 1-19.

BATISTA, Erika. **Iniciação científica em ciência humanas**. Curitiba: Ibpex, 2010.



BENTO, Cida. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africanas**. Brasília, DF: MEC, 2004. Disponível em: <https://l1nk.dev/NDp8j>. Acesso em: mar. 2023.

BRASIL. Lei 10.623 de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, DF, 10. Jan. 2003**. Disponível em: <https://cutt.ly/ubNlw3g>. Acesso em: 17 jan. 2017.

BRASIL. Lei 11.645 de 10 março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. **Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, DF, 11 mar. 2008**. Disponível em: <https://cutt.ly/vbNly3q>. Acesso em: 17 jan. 2018.

BRASIL. Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. **Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília,**

DF, 09 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm. Acesso em: 17 jan.2024.

BRASIL. Lei 14.723 de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública.. **Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, DF, 13 nov. 2023**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14723.htm. Acesso em: 17 jan.2024.

BROOK, F.; ELLENWOOD, D.; LAZZARO, A.E. In pursuit of antiracist social justice: denaturalizing whiteness in the academic library. **Library trends**, v.64, n.2, p.246-284, 2015.

CARVALHO, L. F.; GASQUE, K. C. G. D. Formação continuada de professores e bibliotecários para o letramento informacional: a contribuição da educação à distância. **Transinformação**, v. 30, n. 1, p. 107–119, 2018.



COSTA, F. C. S.; MELO, D. A.; SILVA, L. F. A importância da coleção de feminismos plurais no enfrentamento à desinformação sobre as questões étnico-raciais no afro-brasileiros. IN: SILVA, F. C. G. (org.). **Bibliotecári@s negr@s: pesquisa e experiências da aplicação da lei 10.639/2003 na formação e nas bibliotecas**. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. Disponível em: <https://l1nq.com/f9BR3>. Acesso em: 30 abr. 2024.

GASQUE, K. C. G. D. **Letramento informacional: pesquisa, reflexão e aprendizagem**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2012. 183 p. Disponível em: http://leunb.bce.unb.br/bitstream/handle/123456789/22/Letramento_Informacional.pdf. Acesso em: 25 mar. 2024.

GASQUE, K. C. G. D.; FIALHO, J. F. Letramento informacional e currículo. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 70-89, ago. 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/12265>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, E. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC: v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016.

GOMES, Nilma Lino Gomes. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Robson de Andrade; MUCHERONI, Marcos L. O que é epistemicídio? uma introdução ao conceito para a Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, e5759, nov. 2021.

GROSGUÉL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistêmicos do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v.31, n.1, p.25-49, 2016.

GRADA, Kilomba. **Memória da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Airton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARIOSIA, G. S.; REIS, M. G. A influência da literatura infantil afro-brasileiras na construção das identidades das crianças. **Estação Literária**, Londrina, v.8, n. A, p. 42-53, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

SANTOS, A. P. F. Carolina de Jesus e a “refavela”: a literatura periférica no currículo e a cultura afro-brasileira na sala de aula. Identidade e pertencimento. In: COPENE –



Negros e Negras no Sul do Brasil, desenvolvimento, patrimônio e cultura afro-brasileira, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: COPENE, 2017. p. 51-64. Disponível em: <http://www.copenesul.com.br/ANAIS%20COPENE%20SUL%202017.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2018.

SANTOS, Neusa Santos. **Torna-se negro**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras 2021.

SILVA, Franciele Carneiro Garcês da et al. Justiça pra quem? Justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. p.1-16.

SOUZA, O.; PAIM, E. A. A decolonialidade e a interculturalidade como processo estruturante para aplicação da lei 10.639/03 em sala de aula. In: COPENE – Negros e Negras no Sul do Brasil, desenvolvimento, patrimônio e cultura afro-brasileira, 3., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: COPENE, 2017. p. 581-591. Disponível em: <http://www.copenesul.com.br/ANAIS%20COPENE%20SUL%202017.pdf>. Acesso em: 18 maio. 2018.

VALÉRIO, Erinaldo Dias et al. Refletindo sobre a formação de pessoas bibliotecárias para a competência em informação no âmbito das relações étnico-raciais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 26, n. 3, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/003054639.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2024.